

A DEMOCRACIA E A INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE

Carlos Gaspar

O processo político que culminou com a independência de Timor-Leste, declarada por Francisco Guterres Lu Olo, Presidente do Parlamento Nacional, no dia 20 de Maio de 2002, em Díli, começou vinte e seis anos antes, no dia 7 de Dezembro de 1975, quando as tropas indonésias ocuparam a capital da colónia portuguesa. A invasão, a ocupação e a anexação de Timor Oriental pela Indonésia estiveram na origem da longa resistência em que a identidade nacional timorense se começou a formar na luta pela criação de um Estado separado e independente.

A decisão indonésia de invadir Timor ocorreu num contexto internacional preciso, na sequência da unificação comunista do Vietnam, em Abril de 1975, e da proclamação da República Popular de Angola, sete meses depois. Entre Saigão e Luanda, as derrotas sucessivas dos Estados Unidos na Ásia do Sudeste e na África Austral puseram em causa a sua credibilidade internacional, em particular no caso angolano, onde a administração norte-americana partia de uma posição de superioridade no contexto regional e contava com uma vitória clara dos seus aliados locais para inverter o “síndrome do Vietnam”. Porém, no momento decisivo do processo de descolonização, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) tomou o poder graças a uma intervenção militar conjunta da União Soviética e de Cuba, um acto sem precedentes na Guerra Fria. Essa intervenção, onde se destacaram as forças militares de elite cubanas, assegurou a derrota dos aliados dos Estados Unidos (e da China), incluindo a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), sustentados, respectivamente, pelo Zaire e

pela República Sul-Africana, cujas tropas estavam dentro do território angolano nas semanas antes da data prevista para a proclamação da independência, no dia 11 de Novembro.

Nesse quadro, a Indonésia pôde garantir o apoio dos Estados Unidos à sua invasão de Timor-Leste, feita a pretexto da declaração unilateral de independência da República Democrática de Timor-Leste, proclamada pela Frente Timorense de Libertação Nacional (FRETILIN), no dia 28 de Novembro. O Presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford, e o seu Secretário de Estado, Henry Kissinger, vindos de Pequim, estavam ambos em Jakarta, com o Presidente Suharto, na véspera da invasão de Díli, para impedir qualquer possível erro de interpretação acerca da posição norte-americana¹.

A invasão indonésia coincidiu com um momento crítico da transição portuguesa, logo a seguir ao contra-golpe militar de 25 de Novembro de 1975, que ocorreu duas semanas depois da declaração de independência de Angola, ter assegurado o fim da fase revolucionária para garantir a institucionalização da democracia pluralista em Portugal. Essas circunstâncias explicam, sem o justificar, por que razão Portugal não estava em condições nem de controlar o processo de descolonização em Timor-Leste, nem de impedir a intervenção militar da Indonésia na sua colónia asiática². Mas, precisamente por não ter sido capaz de defender os Timorenses nessa hora crucial, a democracia portuguesa não podia desistir de defender o direito à autodeterminação nacional do povo de Timor-Leste sem pôr em causa a sua honra e a sua reputação.

¹ A questão de Timor não merece nenhuma referência nas memórias de Henry Kissinger, que menciona várias vezes a visita à China, às Filipinas e à Indonésia, entre 1 e 10 de Dezembro. Mais tarde, Kissinger admitiu ter tido conhecimento da invasão quando estava a entrar no avião de regresso a Washington. Henry Kissinger (1999). **Years of Upheaval**. Nova York: Simon&Schuster. Ver também William Burr, editor (2001). **East Timor Revisited. Ford, Kissinger and the Indonesian Invasion 1975-1976**. Washington: National Security Archive. Brad Simpson (2005). “‘Illegally and Beautifully’. The United States, the Indonesian Invasion of East Timor and the International Community (1974-76)”. **Cold War History** 5 (3).

² O relato do último Governador português, General Mário Lemos Pires, é uma referência indispensável para este período. Mário Lemos Pires (1991). **Descolonização de Timor. Missão Impossível?** Lisboa: Dom Quixote. Ver também. Mário Lemos Pires (1981). **Relatório do Governo de Timor**. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Nesse contexto, a diplomacia portuguesa, com o empenho do conjunto das instituições políticas democráticas, defendeu, durante mais de vinte anos, perante as Nações Unidas e a comunidade internacional, o exercício livre e democrático do direito de autodeterminação dos Timorenses³. Os três Presidentes da República eleitos, constitucionalmente responsáveis pela questão timorense, estiveram na primeira linha desse esforço nacional. Não obstante todos os incidentes de um longo percurso, mau grado as resistências internas e as pressões recorrentes dos seus principais aliados e parceiros⁴, Portugal, no exercício das suas competências como potência administrante, promoveu o direito fundamental dos Timorenses até Timor-Leste ser reconhecido como um Estado independente.

As posições de Portugal e dos Timorenses nesse processo eram autónomas. Portugal tinha a obrigação de concluir o processo de descolonização interrompido pela invasão indonésia, enquanto os Timorenses lutavam pela sua sobrevivência como comunidade nacional e pela constituição de um Estado separado da Indonésia. Os partidos políticos timorenses não tinham capacidade para condicionar as estratégias portuguesas de intervenção nos *fora* internacionais ou nas relações bilaterais, nem as autoridades portuguesas queriam determinar as orientações das forças timorenses na defesa dos seus interesses. Mas, nos últimos anos, foi possível assegurar a convergência, no essencial, entre as posições de Portugal e dos Timorenses, apesar das profundas divisões internas, tanto do lado português, como do lado timorense, que podiam ter prejudicado a articulação entre as duas partes em questões decisivas.

A história do processo político da independência de Timor-Leste continua por fazer⁵. No entanto, vale a pena sublinhar que se trata

³ José Júlio Pereira Gomes (2010). “A internacionalização da questão de Timor-Leste”. **Relações Internacionais** 25. Ver também Flávio Ramos (2010). **A diplomacia portuguesa no processo de autodeterminação timorense (1974-1999)**. Lisboa: Ms, FCSH-UNL.

⁴ Na Comunidade Europeia, a Grécia e a Irlanda foram os únicos países que, por razões próprias, estiveram ao lado de Portugal na questão de Timor-Leste. Ver Eilís Ward, Peter Carey (2001). “The East Timor issue in the context of EU-Indonesian relations, 1975-99.” **Indonesia and the Malay World** 29: 51-74.

⁵ John Taylor (1991). **Indonesia's Forgotten War. The Hidden History of East Timor**. Londres: Zed Books. John Taylor (1999). **East Timor. The Price of Free-**

de um caso singular, por três motivos distintos. Em primeiro lugar, por ter sido possível inverter a anexação indonésia, ao contrário do que aconteceu em casos anteriores, como, por exemplo, a anexação de Goa, Damão e Diu pela União Indiana. Em segundo lugar, por ter sido o primeiro caso em que as Nações Unidas criaram um Estado, desde a realização do *referendum* sobre a autodeterminação até à instalação de uma administração internacional e à proclamação da independência. Em terceiro lugar, por ter sido um caso de descolonização em que os processos de autodeterminação nacional e de formação democrática da nova comunidade política independente se tornaram inseparáveis.

Nesse quadro, é importante referir os principais momentos que definiram a especificidade do processo político da independência de Timor-Leste como um processo democrático.

A METAMORFOSE DEMOCRÁTICA DA RESISTÊNCIA TIMORENSE

O primeiro momento não tem data precisa e resultou da constatação gradual do falhanço do modelo ideológico dos “movimentos

dom. Londres: Zed Books. Peter Carey, Carter Bentley, editores (1995). **East Timor at the Crossroads. The Forging of a Nation.** Honolulu: University of Hawai Press. Sara Niner (2009). **Xanana: Leader of the Struggle for Independent East Timor.** Melbourne: Australian Scholarly Publishing. Arnold Kohen (1999). **From the Place of the Dead. The Epic Struggles of Bishop Belo of East Timor.** Nova York: St. Martin's Press. Ver também José Ramos Horta (1987). **Funu. The Unfinished Saga of East Timor.** Nova York: Red Sea Press. José Ramos Horta (1994). **Timor-Leste. Amanhã em Díli.** Lisboa: Dom Quixote. Xanana Gusmão (1994). **Timor-Leste. Um povo, uma pátria.** Lisboa: Colibri. Constâncio Pinto (1997). **East Timor's Unfinished Struggle.** Boston: South End Press. Sara Niner, editor (2000). **To Resist is to Win. The Autobiography of Xanana Gusmão with Selected Letters and Speeches.** Richmond: Aurora Books. Mário Carrascalão (2006). **Timor antes do futuro.** Díli: Mau Huran. Abílio Araújo (2012). **Autobiografia de Abílio Araújo. Dato Siri Loe II.** Lisboa: Aletheia. Maria Angela Carrascalão (2012). **Taur Matan Ruak. A vida pela independência.** Lisboa: Lidel. Ver ainda Manuel Acácio (2005). **A última bala é a minha vitória. História secreta da resistência timorense.** Dafundo: Oficina do Livro. António Barbedo de Magalhães (2007). **Timor-Leste. Interesses internacionais, actores locais.** Porto: Afrontamento.

de libertação nacional” que se transformaram em “partidos marxistas-leninistas” desde o final dos anos setenta.

A maior parte dos partidos nacionalistas que tomaram o poder nas antigas colónias portuguesas, nomeadamente o MPLA e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), seguiram essa via, tal como os outros partidos dominantes no Congo, na Etiópia e no Benin, todos aliados da União Soviética, cujos ideólogos distinguiram entre os regimes de “orientação socialista” uma categoria mais avançada e restrita dirigida por “partidos marxistas-leninistas”. Na altura, a União Soviética era reconhecida não só como o mais importante aliado externo, mas também como um modelo político pelas elites nacionalistas desses Estados⁶, que procuravam com a nova definição ideológica dos seus regimes políticos garantir as melhores condições para consolidar um lugar próprio num império soviético em plena expansão. Nesse contexto, em 1977, o MPLA e a FRELIMO reconfiguraram-se como “partidos marxistas-leninistas”: o primeiro passou a chamar-se “MPLA Partido do Trabalho” e o segundo “Partido FRELIMO”.

Nessa altura, o MPLA e a FRELIMO já eram os principais apoiantes externos da FRETILIN, cujas referências ideológicas originais eram, aparentemente, o Partido Comunista da China (PCC), bem como os Khmers Vermelhos e, também, os comunistas vietnamitas e cubanos⁷. Mas a China, depois do início do seu ciclo de reformas internas em 1978, desistiu de sustentar partidos maoístas, incluindo a vanguarda revolucionária em Timor-Leste⁸. Nessas circunstâncias, a direcção da

⁶ Francis Fukuyama (1984). **The New Marxist-Leninist States in the Third World**. Santa Monica: Rand Corporation.

⁷ Mais uma vez, não existe um estudo definitivo sobre as tendências ideológicas na FRETILIN, mas a força da tendência maoísta é evidente nos primeiros tempos. Ver, entre os outros, Xanana Gusmão (1994). António Barbedo de Magalhães (2007): 293-373. Abílio Araújo (2012): 125-127. Ver também Ben Kiernan (2009). **Genocide and Resistance in Southeast Asia. Documentation, Denial and Justice in Cambodia and East Timor**. New Brunswick: Transaction Books. Awet Tewekle Weldemichael (2012). **Third World Colonialism and Strategies of Liberation: Eritrea and East Timor Compared**. Cambridge: Cambridge University Press.

⁸ As relações entre o Partido Comunista da China e a FRETILIN também ainda não foram objecto de um estudo sério. Desde 1975, Pequim recebeu sucessivas delegações da FRETILIN ao mais alto nível e reconheceu a sua proclamação unilateral de independência de Timor-Leste, além ter subsidiado a Delegação Externa da FRETILIN durante um certo tempo. Abílio Araújo (2012): 145-147.

FRETILIN decidiu seguir o exemplo da FRELIMO e do MPLA e resolveu que o movimento nacionalista timorense também se devia transformar num “partido marxista-leninista”. Inicialmente, a FRETILIN parece ter adoptado o modelo moçambicano e passou a chamar-se “Partido FRETILIN”, mas os revolucionários timorenses levaram a sua mutação semântica mais longe e, em 1981, na Conferência Nacional de Lacluta, adoptaram como nome “Partido Marxista-Leninista FRETILIN (PMLF)”⁹. Essa decisão não só deu maior credibilidade aos argumentos do ocupante indonésio que denunciavam o maior partido da Resistência timorense como um partido comunista, mas também, e sobretudo, isolou ainda mais a FRETILIN tanto no plano internacional, como no plano interno¹⁰.

O intervalo “marxista-leninista” durou pouco tempo, tanto para as novíssimas clientelas periféricas do império soviético, como no caso da FRETILIN. Com efeito, em 1990, perante o recuo estratégico da União Soviética, o MPLA e a FRELIMO deixaram de ser “partidos marxistas-leninistas” e recuperaram a sua identidade original como partidos nacionalistas. Em Timor-Leste, a direcção da FRETILIN no interior, por maioria de razão, terá antecipado essa viragem e a mudança política, institucional e ideológica foi completada em 1988, quando o Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) passou a ser a principal frente da Resistência timorense.

A nova linha nacionalista e democrática da Resistência timorense foi crucial para assegurar a sua sobrevivência. Xanana Gusmão, um dos três membros sobreviventes do Comité Central da FRETILIN no interior depois do Exército indonésio (TNI) ter destruído, em 1979, as “bases vermelhas” – as bases de apoio das Forças Armadas de Libertação de Timor-Leste (FALINTIL) –, foi o principal organizador da guerrilha e o responsável pelas duas decisões que definiram, sucessiva e contraditoriamente, a identidade política do principal partido timorense como uma vanguarda “marxista-leninista” e como uma força nacionalista democrática.

⁹ As gravações da I Conferência para a Reconstrução do País, que foram enviadas do “interior” para o Secretário-Geral do PMLF, Abílio Araújo, em Lisboa, estão parcialmente transcritas por António Barbedo de Magalhães (2007): 317-330. Ver também Abílio Araújo (2012): 167-179.

¹⁰ António Barbedo de Magalhães (2007): 317-330.

A decisão de Xanana Gusmão na Conferência Nacional da FRETILIN em Março de 1981, que definiu o partido nacionalista como Partido Marxista-Leninista FRETILIN (PMLF), foi criticada desde o início por uma parte dos comandantes militares das FALINTIL, o “braço armado” da FRETILIN¹¹. No mesmo sentido, a radicalização ideológica da FRETILIN separou o partido da Igreja Católica, o aliado indispensável do movimento nacionalista, num momento de extrema vulnerabilidade da resistência armada. Em Março de 1984, numa segunda conferência no interior, Xanana Gusmão começou a emendar a mão e definiu a FRETILIN, cujo Comité Central se terá demarcado da ideologia marxista,¹² como o partido de todos os nacionalistas timorenses¹³. Segundo o testemunho de Xanana Gusmão, o PMLF terá sido dissolvido nessa data¹⁴.

Porém, só em Dezembro de 1987 Xanana Gusmão denuncia publicamente o “infantilismo político” dos fundadores da FRETILIN¹⁵, declara a neutralidade política das FALINTIL, define a linha democrática da Resistência¹⁶ e apela aos Estados Unidos, à Europa Ocidental e à Austrália para apoiarem a causa timorense¹⁷. Um ano depois, Xanana Gusmão demite-se da FRETILIN e substitui o Conselho Revolucionário da Resistência Nacional (CRRN) pelo CNRM, onde deviam ter lugar

¹¹ Manuel Acácio cita uma carta de Konis Santana em que o Comandante das FALINTIL diz que “Xanana ao criar o Partido ML cometeu o seu maior erro de sempre.” Manuel Acácio (2005): 104. Ver também Maria Angela Carrascalão (2012).

¹² CAVR (2005). **Chega ! Relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação: History of the Conflict III**: § 395.

¹³ Sara Niner (2000). “A Long Journey of Resistance: The Origins and Struggle of the CNRT”. **Bulletin of Concerned Asian Scholars** 32 (1&2).

¹⁴ António Barbedo de Magalhães (2007): 329. Ver também CAVR (2005). **Chega! Relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação**: V §§ 117-118.

¹⁵ Na sua Declaração de 7 de Dezembro, Xanana Gusmão reconhece ter sido influenciado “por um frenesim revolucionário que nos levaria a materializar o sonho dos antecessores: criar um partido marxista-leninista na RDTL”. E confirma a decisão de regressar à FRETILIN como “um movimento nacionalista não necessariamente comunista”. António Barbedo de Magalhães (2007): 376.

¹⁶ “Declaro publicamente a minha total e convicta rejeição a teorias que promovam supressão das liberdades democráticas em Timor-Leste”. E acrescenta: “Hoje em dia pensarmos em fazer a revolução é suicidarmo-nos insensatamente”. António Barbedo de Magalhães (2007): 378.

¹⁷ António Barbedo de Magalhães (2007): 375-390.

todas as forças nacionalistas, incluindo a FRETILIN¹⁸. Xanana Gusmão, que manteve o comando das FALINTIL ao longo deste processo, vai presidir ao CNRM e reiterar a sua vinculação aos valores democráticos²⁰.

Nessa viragem, Xanana Gusmão quis despartidarizar e restaurar a credibilidade da resistência nacionalista, para romper o isolamento interno e externo e para se aproximar da Igreja timorense, dirigida pelo Bispo D. Ximenes Belo, e formar uma frente nacional contra a ocupação militar indonésia.

Em Abril de 1998, nas vésperas da mudança política interna na Indonésia, seguindo as orientações de Xanana Gusmão, preso em Jakarta, os dirigentes timorenses no exterior alargaram a frente comum e sublinharam a sua linha nacionalista e democrática, com a formação do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT)²¹. O Presidente do CNRT era Xanana Gusmão, cujos Vice-Presidentes eram Mário Carrascalão, fundador da UDT e antigo Governador indonésio, e José Ramos-Horta, que partilhou o Prémio Nobel da Paz, em 1996, com o Bispo de Díli, ambos apresentados como independentes. O compromisso histórico entre a Resistência e a Igreja timorense foi confirmado pela criação do CNRT, onde militavam um número importante de padres, incluindo o Padre Filomeno Jacob e o Padre Domingos Maubere – o emissário que Xanana Gusmão enviou para Lisboa para formar a nova organização frentista em que se integraram a FRETILIN e a UDT.

Há um momento intercalar no processo da independência cuja relevância nem sempre é reconhecida: a visita de João Paulo II a Díli,

¹⁸ A UDT nunca se integrou no CNRM, desde logo por não aceitar o termo “Maubere”, que considerava depreciativo dos Timorenses.

¹⁹ As decisões de Xanana Gusmão foram contestadas por Abílio Araújo, que dirigia a FRETILIN no exterior, mas a direcção do interior decidiu a sua demissão e nomeou no seu lugar uma *troika* que integrava Mau Hodu, Ma'Hunu e Lu Olo. Paralelamente, o CNRM defendeu que Xanana Gusmão, como Comandante das FALINTIL, não podia regressar à FRETILIN, apesar das pressões do exterior. José Ramos Horta seguiu as posições de Xanana Gusmão e veio a ser o representante no exterior do CNRM. Sara Niner (2000): 14. Manuel Acácio (2005): 149-174. António Barbedo de Magalhães (2007): 380-386. Abílio Araújo (2012): 185-188.

²⁰ António Barbedo de Magalhães (2007): 380-386.

²¹ Sara Niner (2000).

em 12 de Outubro de 1989, nas vésperas de uma data simbólica para o culto mariano.

Na altura, responsáveis da oposição nacionalista criticaram a única visita de um Chefe de Estado a Timor-Leste durante a ocupação indonésia como uma forma de reconhecimento da anexação, tanto mais quando a passagem por Díli era parte integrante da visita oficial do Papa à República Indonésia: João Paulo II não beijou o solo à chegada a Timor, como o fazia sempre que chegava a um Estado independente. Paralelamente, uma parte dos responsáveis da Santa Sé quiseram valorizar esse gesto como um sinal de concórdia com a Indonésia, o único país islâmico cuja Constituição impunha o pluralismo religioso e onde a religião cristã era reconhecida e protegida. Em tese, o facto da República Indonésia poder ter uma província cristã em Timor-Leste, na sequência da anexação, devia fortalecer a posição da minoria cristã nesse país asiático.

Mas Xanana Gusmão, em coerência com a sua linha de aliança com a Igreja católica, escreveu uma carta a saudar o João Paulo II à sua chegada a Timor²² e organizou com os movimentos de jovens uma manifestação para receber o Papa. A projecção internacional da presença do João Paulo II, acompanhado pelos correspondentes dos principais meios de comunicação internacionais, quebrou o isolamento timorense. A missa campal em Taci Tolo foi não só uma demonstração impressionante da força da identidade católica da comunidade timorense, mas também uma oportunidade para a resistência nacionalista se manifestar contra a ocupação indonésia, e os seus protestos, pela primeira vez, foram noticiados na imprensa internacional²³. Mais importante, a visita do Papa polaco, pouco depois das eleições no seu país terem aberto caminho à revolução democrática europeia de 1989, não podia deixar de ter um significado forte naquele sítio e naquela data.

A invasão indonésia é inseparável da Guerra Fria, tal como a independência de Timor-Leste é inseparável do fim da Guerra Fria. Depois do extremo isolamento do “partido marxista-leninista” de 1981, a metamorfose democrática fez com que a Resistência timorense esti-

²² Manuel Acácio (2005): 158.

²³ Ver, *inter alia*, Clyde Haberman, “Melee erupts as Pope speaks in East Timor”, *New York Times*, 13 October 1989.

vesse preparada para a mudança histórica imposta pela “terceira vaga” de democratização, que culminou com o fim do comunismo na Europa de Leste e na Rússia e que se prolongou na Ásia Oriental durante a primeira década do post-Guerra Fria. Samuel Huntington, no seu ensaio célebre, escolheu o “25 de Abril” em Portugal como o momento inicial dessa vaga²⁴, que acabou por chegar a Timor vinte e quatro anos depois, com o *referendum* das Nações Unidas.

O REFERENDUM DAS NAÇÕES UNIDAS

O segundo momento tem uma data exacta. No dia 30 de Agosto de 1999, o *referendum* organizado pela Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET) selou a aliança entre a democracia e a independência²⁵. Contra as previsões dos mais pessimistas, foi possível assegurar o exercício livre e democrático do direito de autodeterminação e, nesse dia, não obstante as intimidações dos militares indonésios e das suas milícias locais, os Timorenses votaram em massa a favor da independência de Timor-Leste. Esse acto fundador deu formalmente início à transição para a independência, sob tutela das Nações Unidas, que levou à formação da República Democrática de Timor-Leste, em 20 de Maio de 2002.

O *referendum* timorense só foi possível depois da demissão do Presidente Suharto, em Maio de 1998, quando, num quadro de crise económica, as elites políticas e militares indonésias decidiram acelerar as reformas internas que abriram caminho para o processo democrático de transição na Indonésia²⁶. O sucessor do General Suharto, o seu

²⁴ Samuel Huntington (1993). **The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century**. Oklahoma: University of Oklahoma Press.

²⁵ O responsável pela UNAMET, que organizou o *referendum* das Nações Unidas em Timor-Leste, também escreveu o estudo de referência sobre esse caso. Ian Martin (2001). **Self-Determination in East Timor. The United Nations, the Ballot, and International Intervention**. Londres: Lynne Rienner, International Peace Academy Occasional Paper Series. Ver também Ian Martin (2000). “A consulta popular e a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste. Primeiras reflexões”. **Política Internacional** 21.

²⁶ Carlos Gaspar (2001). O contexto internacional da crise timorense. **Janus** 2001: 30-31. Sobre a mudança política na Indonésia, ver, **inter alia**, Adam Schwarz (1999). **A Nation in Waiting. Indonesia's Search for Stability**. Sydney: Allen&Unwin.

Vice-Presidente Jusuf Habibie, admitiu, logo em Junho, a possibilidade criar um “estatuto especial” para Timor-Leste, sublinhando, na mesma altura, que a sua independência estava prejudicada pela posição geográfica do território “cercado pelas 17 mil ilhas indonésias, no centro do arquipélago”.

Em Agosto, no quadro formal das negociações tripartidas de Nova York, a Indonésia apresentou às Nações Unidas e a Portugal novas propostas para estabelecer em Timor-Leste uma “autonomia especial” no quadro da República Indonésia, em que as autoridades timorenses exerceriam todos os poderes de governo próprios de um Estado, excepto na defesa e nas relações externas, que continuariam a ser o domínio reservado de Jakarta. Portugal era convidado a estabelecer um Consulado-Geral em Díli e a defender a identidade cultural específica dos Timorenses²⁷. Essas propostas foram bem recebidas por Portugal, tanto mais que era a primeira vez que a Indonésia aceitava negociar uma solução para o problema de Timor-Leste sem exigir previamente que fosse considerada como uma solução definitiva que implicasse o reconhecimento da soberania²⁸.

Tanto a diplomacia portuguesa, como os principais responsáveis da Resistência e da Igreja timorense, estavam preparados para aceitar a autonomia indonésia como uma fórmula de transição, embora a credibilidade dessa fórmula fosse mínima na ausência de um quadro constitucional democrático na Indonésia. Portugal, em todo o caso, não podia reconhecer o estatuto de autonomia como o estatuto definitivo de Timor-Leste sem este ter recebido previamente uma sanção democrática dos Timorenses. Paralelamente, o Primeiro Ministro da

²⁷ O melhor relato da diplomacia portuguesa nesta fase pertence ao Embaixador José Júlio Pereira Gomes, que chefiou a missão portuguesa que acompanhou a realização do **referendum**. José Júlio Pereira Gomes (2001). **O Referendo de 30 de Agosto de 1999 em Timor-Leste**. Lisboa: Gradiva. Ver também os testemunhos do Embaixador Fernando Neves, responsável pela questão de Timor-Leste no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e da Embaixadora Ana Gomes, Chefe da Secção de Interesses em Jakarta e depois Embaixadora de Portugal na Indonésia. Fernando Neves (2000). “Timor-Leste: processo diplomático”. **Política Internacional** 21. Ana Gomes (2001). “Missão em Jakarta”. **Negócios Estrangeiros** 2.

²⁸ Fernando Neves (2000): 34.

Austrália²⁹, defensor da permanência de Timor na Indonésia mas também partidário de um acto de autodeterminação, escreveu ao Presidente Habibie para lhe sugerir que, depois de um período largo de autonomia, se pudesse vir a realizar um *referendum* em Timor que decidisse sobre o seu futuro, seguindo o exemplo dos acordos de Matignon sobre a Nova Caledónia, que adiavam por vários anos a decisão sobre o estatuto final desse território francês³⁰.

Essas posições externas precipitaram uma segunda viragem da Indonésia, cujo Presidente não estava preparado para aceitar a autonomia de Timor-Leste como um estatuto provisório e estava decidido a resolver a questão timorense com toda a possível brevidade³¹, dentro do calendário político da transição indonésia, onde estavam previstas a realização de eleições para a Assembleia Consultiva Popular e a escolha do novo Presidente em 1999. Nesse contexto, em 27 de Janeiro, o Presidente Habibie decidiu que os Timorenses teriam de escolher, definitivamente, entre a independência e a integração na Indonésia: se rejeitassem a autonomia, o Governo estaria preparado para pedir à nova Assembleia Consultiva Popular “que deixasse Timor partir”³². Dois meses depois, Portugal e a Indonésia chegaram a acordo, em Nova York, sobre a proposta de autonomia, que previa a criação de uma Região Autónoma Especial de Timor-Leste³³.

²⁹ Ver o relato de Hugh White, na altura Secretário Adjunto para a Estratégia no Departamento da Defesa da Austrália. Hugh White (2008). “The Road to INTER-FET. Reflections on Australian Strategic Decisions Concerning East Timor (December 1998-September 1999)”. **Strategic Challenges** 4 (1).

³⁰ A carta de John Howard de 19 de Dezembro de 1998, que sugeria negociações entre a Indonésia, Xanana Gusmão e os bispos timorenses, foi publicada por Tim Fischer (2000). **Bullets and Ballots. Seven Days in East Timor**: 10-13. Sydney: Allen&Unwin. Ver também Australia. Department of Foreign Affairs and Trade (2001). **East Timor in Transition (1998-2000). An Australian Policy Challenge**: 38-51. Canberra: DFAT.

³¹ Aparentemente, o Presidente Habibie preferia conceder de imediato e sem condições a independência a Timor-Leste a seguir a proposta do Primeiro Ministro Howard. Hugh White (2008): 73.

³² John Taylor (1999). Ver também Australia. DFAT (2001). **East Timor in Transition (1998-2000)**.

³³ A proposta final de autonomia foi elaborada por Hurst Hannum, da Universidade de Yale, a pedido das Nações Unidas, e está anexa ao Acordo entre a República da Indonésia e a República Portuguesa quanto à questão de Timor-Leste de 5 de

A escolha dos Timorenses, nos termos da proposta indonésia, devia resultar de uma consulta das Nações Unidas, levada a cabo pelo Representante Especial do Secretário-Geral, o Embaixador Jamsheed Marker, às forças vivas de Timor-Leste, incluindo, naturalmente, a hierarquia católica e os partidos nacionalistas³⁴. A inclinação do Presidente Habibie parecia ser criar as condições para a separação de Timor-Leste, a “pedra no sapato” que prejudicava a posição internacional da Indonésia, segundo a frase célebre do Ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas³⁵. Numa entrevista ao **Straits Times**, em 25 de Fevereiro, Habibie dizia: “O que é que os Timorenses nos dão ? Recursos naturais ? Não. Recursos humanos ? Não. Ouro ? Não. Pedras ? Sim !”. Nesse quadro, a consulta não era necessariamente uma forma de impedir a confirmação da vontade de independência da maioria dos Timorenses.

Todavia, Portugal continuava a não poder aceitar que uma consulta às forças vivas de Timor substituísse um acto livre e democrático de autodeterminação. De resto, o próprio direito de autodeterminação, nos termos das resoluções pertinentes da Assembleia Geral das Nações Unidas, nomeadamente a resolução 1541 (XV), expressamente invocada pela parte portuguesa nas negociações tripartidas, exigia explicitamente a realização de um acto democrático de autodeterminação quando estivesse em causa a integração de um território não-autónomo³⁶.

Maio de 1999. Ver a análise da proposta e o texto do acordo em Patrícia Galvão Telles (1999). “Autodeterminação em Timor-Leste: Dos acordos de Nova Iorque à consulta popular de 30 de Agosto de 1999”. Lisboa: **Boletim do Ministério de Justiça. Documentação e Direito Comparado** 79-80.

³⁴ A memória do Embaixador Jamsheed Marker sobre as negociações tripartidas foi traduzida e publicada em português. Jamsheed Marker (2003, 2009). **Timor-Leste. Relato das Negociações para a Independência**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Coleção Biblioteca Diplomática.

³⁵ Dewi Fortuna Anwar. *The East Timor Crisis: an Indonesian View* in Bruce Brown, editor (2000). **East Timor. The Consequences**. Wellington: New Zealand Institute of International Affairs.

³⁶ O princípio IX do anexo à resolução 1541 (XV) adoptada pela Assembleia Geral em 15 de Dezembro de 1960, com o patrocínio e o voto da Indonésia, estipula: “A integração deve ser o resultado da vontade livremente expressa pela população de um território, agindo com um perfeito conhecimento da mudança do seu estatuto, devendo a sua vontade ser expressa através de um processo informado e democrá-

No momento decisivo das negociações tripartidas, no dia 5 de Maio de 1999, em Nova York, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, exigiu e obteve do seu homólogo indonésio, Ali Alatas, o acordo necessário para a aplicação do princípio “um homem, um voto”, que definia a natureza democrática da “consulta popular” sem contestar a designação proposta pela Indonésia. Os acordos assinados nesse dia nunca falam nem de autodeterminação, nem do *referendum*. Não obstante, a consulta indonésia tinha passado a ser o *referendum* de autodeterminação proposto pela diplomacia portuguesa, que seria organizado pelas Nações Unidas³⁷ e cuja realização ficou marcada para o dia 8 de Agosto, depois da eleição parlamentar indonésia e antes da nova assembleia se reunir.

Nos termos dos acordos, o Governo indonésio era responsável pela ordem pública no território e mantinha a sua autoridade **de facto** até à realização da consulta e à instalação de uma administração transitória das Nações Unidas. A alternativa seria instalar uma força de manutenção da paz internacional, mas esta dificilmente seria aceite por Jakarta e, em todo o caso, teria de ser uma força com dezenas de milhares de soldados para poder garantir a segurança num quadro hostil³⁸. Paralelamente, o acordo estipulava que a capacidade de voto seria restrita aos Timorenses nascidos em Timor-Leste, seus filhos e cônjuges, excluindo, portanto, o critério da residência que permitiria a participação dos Indonésios instalados em Timor-Leste e confirmando a natureza da consulta como o acto de autodeterminação nacional dos Timorenses³⁹.

Acto contínuo, em 22 de Maio, o Secretário-Geral das Nações Unidas propôs a constituição da Missão das Nações Unidas em Timor-

tico, conduzido de forma imparcial e baseado no sufrágio universal dos adultos. As Nações Unidas podem, quando o considerarem necessário, supervisionar esses processos.” Os acordos de 5 de Maio fazem referência expressa às resoluções 1514 (XV), 1541 (XV) e 2625 (XXV). José Júlio Pereira Gomes (2001): 36-38. Miguel Galvão Telles (2000). Timor-Leste. **II Suplemento do Dicionário Jurídico da Administração Pública**. Ver também Miguel Galvão Telles (1999). “As Nações Unidas e a questão de Timor-Leste”. **Política Internacional** 20.

³⁷ José Júlio Pereira Gomes (2001). Ver também Patrícia Galvão Telles (1999). Miguel Galvão Telles (2000).

³⁸ Hugh White (2008): 74-76.

³⁹ Miguel Galvão Telles (2000): 635.

-Leste (UNAMET), que foi criada pelo Conselho de Segurança em 11 de Junho. O recenseamento teve atrasos sucessivos, mas pôde começar em Julho e assegurou a inscrição de 444.666 eleitores nos cadernos eleitorais, 433.576 em Timor-Leste e os restantes nos locais internacionais de recenseamento, incluindo a Austrália, Portugal e Macau. O atraso do recenseamento, bem como as pressões constantes das milícias pró-indonésias, forçaram adiamentos sucessivos do *referendum* que acabou por se realizar no dia 30 de Agosto, antes de se reunir a Assembleia Consultiva Popular que teria de reconhecer as consequências do voto timorense.

Apesar da multiplicação dos incidentes com as milícias pró-indonésias, sustentadas pelo TNI⁴⁰, que puseram em causa a possibilidade de se realizar uma campanha normal do CNRT a favor da independência, e não obstante o clima geral de violência⁴¹, a participação foi maciça e votaram 98.9 % dos recenseados⁴². O resultado do *referendum* foi eloquente: o estatuto especial de autonomia foi rejeitado por 344.580 votos, ou 78.5 % do total, enquanto 94.399 votos, ou 21,5 % do total, opuseram-se à independência.

O *referendum* de autodeterminação organizado pelas Nações Unidas foi o acto democrático fundador do futuro Estado de Timor-Leste.

A INDEPENDÊNCIA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

O terceiro momento fecha o processo de transição iniciado com o *referendum*, no dia da independência de Timor-Leste, em 20 de Maio de 2002.

⁴⁰ Harold Crouch. The TNI and East Timor Policy in Dionisio Babo Soares, James Fox, editores (2000). **Out of the Ashes. Destruction and Reconstruction of East Timor**. Adelaide: Crawford.

⁴¹ Dionisio Babo Soares. Political Developments Leading to the Referendum in Dionisio Babo Soares, James Fox, editores (2000). James Dunn (2001). **Crimes Against Humanity in East Timor, January to October 1999**. Relatório não publicado das Nações Unidas.

⁴² Ian Martin (2001). José Júlio Pereira Gomes (2001). Ver também Benedict Anderson (2000). “O tempo está do nosso lado. O colapso do colonialismo indonésio em Timor-Leste”. **Política Internacional** 21. John Taylor (1999). “A Indonésia e a transição para a independência de Timor-Leste”. **Política Internacional** 20.

As graves perturbações nos dias seguintes ao *referendum* forçaram a aprovação de uma nova resolução do Conselho de Segurança, convocado por pressão de Portugal⁴³, que levou à criação da Força de Internacional em Timor-Leste (INTERFET), dirigida pela Austrália, com o apoio dos Estados Unidos, Portugal, Grã-Bretanha, França, Brasil, Itália e Canadá, e cuja prioridade era restaurar a segurança no território⁴⁴. A intervenção rápida das Forças de Defesa australianas, com o apoio militar na rectaguarda dos Estados Unidos⁴⁵ e da Nova Zelândia, garantiu a evacuação do pessoal das missões internacionais e a retirada completa das forças do TNI, enquanto se definia a composição da INTERFET⁴⁶.

Pela sua parte, Portugal colocou à disposição das Nações Unidas as forças militares necessárias para participar, de modo significativo, na INTERFET⁴⁷. Mas, como era previsível, esta integrou, na primeira fase, forças militares da Austrália e dos Estados da Associação das

⁴³ António Monteiro (2001). “O Conselho de Segurança e a libertação de Timor-Leste”. **Negócios Estrangeiros** 1. O Embaixador António Monteiro era o Representante Permanente de Portugal nas Nações Unidas em Nova York.

⁴⁴ DEAT (2001): 140.

⁴⁵ A intervenção directa dos Estados Unidos era problemática, como resultava da declaração de Samuel Berger, o Conselheiro de Segurança Nacional do Presidente Clinton, em 8 de Setembro: “**Because we bombed in Kosovo it doesn’t mean we should bomb Timor**”. Ver Leon Hadar (1999). **East Timor and the ‘Slippery Slope’ Problem**. CATO Foreign Policy Briefing, 20 de Dezembro de 1999.

⁴⁶ Sobre a intervenção australiana, ver o trabalho do General Michael Smith que, sob o comando do General Peter Cosgrove, teve uma acção decisiva, nomeadamente para o sucesso da intervenção do exército australiano em Timor em Setembro. Michael Smith, Moreen Dee (2003). **Peacekeeping in East Timor. The Path to Independence**. Londres: Lynne Rienner, International Peace Academy Occasional Paper Series. Ver também Peter Cosgrove (2006). **My Story**. Sydney: HarperCollins. Hugh White (2008). Clinton Fernandes (2008). “The Road to INTERFET. Bringing the Politics Back In”. **Strategic Challenges** 4 (3). Ver ainda Alan Ryan (2000). **Primary Responsibilities and Primary Risks. Australian Defense Force Participation in the International Force East Timor**. Duntroon: Australian Army Land Warfare Studies Center. CSS (2000). **Strategic and Military Lessons from East Timor**. CSS Strategic Briefing Papers.

⁴⁷ Portugal tinha um contingente militar preparado para intervir no quadro da missão da NATO no Kosovo cujas forças podiam ser destacadas para Timor. Ao mesmo tempo, Portugal estava preparado para suspender a sua participação na KFOR se os Estados Unidos e as Nações Unidas não respondessem à crise de Timor.

Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), incluindo a Tailândia, as Filipinas e a Malásia, além da Nova Zelândia, da Jordânia, da Coreia do Sul, da Itália e do Canadá⁴⁸. A Indonésia preferia este tipo de composição a uma força internacional formada, no essencial, pelas democracias ocidentais que tinham assegurado a criação da INTERFET⁴⁹. Mais tarde, a fragata da Armada portuguesa que partiu de Lisboa para Díli logo nos primeiros dias de Setembro, acabou por ser integrada nessa primeira força militar das Nações Unidas em Timor-Leste. Posteriormente, as Forças Armadas portuguesas, bem como a Guarda Nacional Republicana, estiveram presentes em todas as missões militares das Nações Unidas que garantiram a segurança em Timor-Leste nos anos seguintes, antes e depois da independência.

O padrão democrático da formação do Estado confirmou-se no período de transição sob a tutela da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), dirigida por Sérgio Vieira de Mello⁵⁰, com plenos poderes executivos, legislativos e judiciais⁵¹.

⁴⁸ Sobre a INTERFET, ver Michael Smith, Moreen Dee (2003). Hugh White (2008). Ver também James Cotton (1999). “‘Peacekeeping’ in East Timor. An Australian Policy Departure”. *Australian Journal of International Affairs* 53 (3). James Cotton (2001). “Against the Grain. The East Timor Intervention”. *Survival* 43 (1). David Dickens (2001). “The United Nations in East Timor. Intervention at the Operational Level”. *Contemporary Southeast Asia* 23 (2). David Dickens (2002). “Can East Timor be a Blueprint for Burden Sharing?” *Washington Quarterly* 25 (3). Ver ainda Bob Breen (2000). *Mission Accomplished East Timor. The ADF Participation in INTERFET*. Sydney: Allen&Unwin. John Martinikus (2001). *A Dirty Little War*. Sydney: Random House.

⁴⁹ O relato oficial australiano invoca a posição de Dewi Fortuna Anwar, conselheira especial do Presidente Habibie, que defendeu a presença de forças dos Estados membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático para evitar uma reacção mais negativa de “forças radiciais e nacionalistas” na Indonésia, numa aparente alusão aos militares da TNI que poderiam prejudicar o processo de transição. A Austrália teve uma preocupação constante em não perturbar as reformas indonésias e em evitar uma ruptura com os militares indonésios. DFAT (2001): 140. Hugh White (2008): 81-85.

⁵⁰ A crónica da sua missão como Administrador da Transição em Timor-Leste está esboçada na biografia de Samantha Power (2008). *Chasing the Flame. One Man’s Fight to Save the World*. Nova York: Penguin.

⁵¹ Sobre a UNTAET, ver a análise de Pedro Bacelar de Vasconcelos, o português que desempenhou as mais altas funções na Administração das Nações Unidas em Timor. Pedro Bacelar de Vasconcelos. “A transição em Timor-Leste (1999-2002) in

Nesse intervalo, foi eleita uma Assembleia Constituinte, em 30 de Agosto de 2001, onde os deputados timorenses puderam definir o seu regime constitucional, que consagrou o Estado de direito e um regime de democracia pluralista, bem como um sistema semi-presidencialista, próximo da matriz portuguesa⁵². As eleições parlamentares e o processo constituinte foram dominados pelo regresso da FRETILIN, o principal partido histórico do movimento nacionalista, dirigido por Mari Alkatiri, e confirmaram a fragmentação e a divisão do sistema de partidos timorenses.

A FRETILIN dominou o processo político timorense depois de Xanana Gusmão ter decidido dissolver o CNRT, em Junho de 2001. O principal partido nacionalista obteve 57 % dos votos e precisava apenas de três votos adicionais para garantir uma maioria constitucional de dois terços na Assembleia Constituinte. Nessas circunstâncias, a possibilidade de criar um sistema presidencial ficou prejudicada, quer pela tendência parlamentarista dos principais partidos políticos, quer pela vontade do Secretário-Geral da FRETILIN decidido a limitar antecipadamente, no quadro constitucional, os poderes de Xanana Gusmão, que, como tudo indicava, seria o primeiro Presidente da República e, simultaneamente, fortalecer o estatuto do Governo e da Assembleia, onde a FRETILIN seria maioritária.

Rui Centeno, Rui Novais, coordenadores (2006). **Timor-Leste: da Nação ao Estado**. Porto: Afrontamento, 2006. 57-71. Ver também Jarat Chopra (2000). "The UN Kingdom of East Timor." *Survival* 42 (3). Rui Feijó (2013). "Independence, Democracy and Institutional Choices". *Ellipsis* 11.

⁵² Pedro Bacelar de Vasconcelos, Ricardo Sousa da Cunha. "Semipresidencialismo em Timor: um equilíbrio institucional dinâmico num contexto crítico in Marina Costa Lobo, Octávio Amorim Neto, coordenadores (2009). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. Rui Graça Feijó. Semipresidentialism and the Consolidation of Democracy in Michael Leach, Damien Kingsbury, editores (2012). **The Politics of Timor-Leste**. Ithaca: Cornell Southeast Asia Program. Ver também Damien Kingsbury. Timor-Leste Political System: Semi-Presidentialism or Parliamentary Republic? in Rui Graça Feijó, org. (2014). **Timor-Leste: História, Política e Desenho Institucional**. Coimbra: Almedina. Dennis Shoemith. Timor-Leste: Semi-Presidentialism and the Democratic Transition in a New, Small State in Robert Elgie, Sophie Moestrup, editores (2007). **Semi-Presidentialism Outside Europe**. Londres: Routledge. Ver ainda Jorge Bacelar Gouveia (2005). **As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa**. Coimbra: Almedina.

Depois da aprovação da lei fundamental pela Assembleia Constituinte Constituinte, em 22 de Março de 2002⁵³, foi possível organizar a eleição presidencial, nas vésperas da proclamação formal da independência. Xanana Gusmão tinha declarado não estar disponível e José Ramos-Horta merecia o apoio convergente de Sérgio Vieira de Mello e da FRETILIN. Mas, no último dia, na presença do Bispo Ximenes Belo e de Ramos-Horta, o antigo Presidente do CNRT apresentou publicamente a sua candidatura, que passou a ser apoiada pela FRETILIN.

A primeira eleição do Presidente da República de Timor-Leste por sufrágio directo e universal teve lugar em 14 de Abril de 2002 e Xanana Gusmão foi eleito por 301.634 votos, ou 82.6 % do total. Ironicamente, o seu único opositor era Francisco Xavier do Amaral, o primeiro Presidente da República Democrática de Timor-Leste proclamada em 1975 pela FRETILIN, que obteve 63.146 votos, representando 17.3 % dos votantes. O novo Presidente pôde representar a democracia timorense na cerimónia da independência de Timor-Leste, no mesmo dia em que entrou em vigor a Constituição da nova República.

No dia 20 de Maio, a independência foi antecipadamente comemorada na missa presidida pelo Arcebispo Renato Martino, enviado do Papa João Paulo II, acompanhado pelos Administradores Apostólicos de Díli e Baucau, os bispos D. Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento⁵⁴. A mensagem do Papa, lida perante o Presidente Xanana Gusmão e o Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, reconhecia o novo Estado antes do Secretário-Geral das Nações Unidas. Depois da intervenção de Kofi Annan, Lu Olo proclamou oficialmente a independência de Timor-Leste, na presença do Presidente da República timorense, Xanana Gusmão, do Presidente Sampaio e também da Presidente da República Indonésia, Megawati Sukarnoputri e do Primeiro Ministro australiano John Howard.

No dia da independência, o Presidente Xanana Gusmão deu posse ao Primeiro Ministro, Mari Alkatiri, e aos Ministros do Governo

⁵³ Pedro Bacelar de Vasconcelos (2011). **Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste**. Braga: Direitos Humanos Centro de Investigação Interdisciplinar, Escola de Direito da Universidade do Minho.

⁵⁴ Carlos Gaspar. *The Sources of Legitimacy in* Sonia Neto, editor (2012). **Por Timor. Memórias de Dez Anos de Independência**. Díli: RDTL.

da FRETILIN. Ao fim da tarde, o Chefe do Estado português apresentou pessoalmente ao seu homólogo timorense o primeiro Embaixador de Portugal, o Embaixador Rui Quartin Santos. Esse acto de reconhecimento oficial das duas democracias selou a reconciliação entre Portugal e Timor-Leste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Manuel Acácio (2005). **A última bala é a minha vitória. História secreta da resistência timorense**. Dafundo: Oficina do Livro.
- Benedict Anderson (2000). “O tempo está do nosso lado. O colapso do colonialismo indonésio em Timor-Leste”. **Política Internacional** 21.
- Dewi Fortuna Anwar. The East Timor Crisis: an Indonesian View in Bruce Brown, editor (2000). **East Timor. The Consequences**.
- Abílio Araújo (2012). **Autobiografia de Abílio Araújo. Dato Siri Loe II**. Lisboa: Aletheia.
- Australia. Department of Foreign Affairs and Trade (2001). **East Timor in Transition (1998-2000). An Australian Policy Challenge**. Camberra: DFAT.
- António Barbedo de Magalhães (2007). **Timor-Leste. Interesses internacionais, actores locais**. Porto: Afrontamento.
- Bob Breen (2000). **Mission Accomplished East Timor. The ADF Participation in INTERFET**. Sydney: Allen&Unwin.
- Bruce Brown, editor (2000). **East Timor. The Consequences**. Wellington: New Zealand Institute of International Affairs.
- William Burr, editor (2001). **East Timor Revisited. Ford, Kissinger and the Indonesian Invasion 1975-1976**. Washington: National Security Archive.
- Peter Carey, Carter Bentley, editores (1995). **East Timor at the Crossroads. The Forging of a Nation**. Honolulu: University of Hawai Press.
- Maria Angela Carrascalão (2012). **Taur Matan Ruak. A vida pela independência**. Lisboa: Lidel.
- Mário Carrascalão (2006). **Timor antes do futuro**. Díli: Mau Huran.
- Rui Centeno, Rui Novais, coordenadores (2006). **Timor-Leste: da Nação ao Estado**. Porto: Afrontamento, 2006.
- Jarat Chopra (2000). “The UN Kingdom of East Timor.” **Survival** 42 (3).
- Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR) (2005). **Chega ! Relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação**.
- Peter Cosgrove (2006). **My Story**. Sydney: HarperCollins.
- James Cotton (1999). “‘Peacekeeping’ in East Timor. An Australian Policy Departure”. **Australian Journal of International Affairs** 53 (3).
- James Cotton (2001). “Against the Grain. The East Timor Intervention”. **Survival** 43 (1).

- Harold Crouch. The TNI and East Timor Policy in Dionisio Babo Soares, James Fox, editores (2000). **Out of the Ashes. Destruction and Reconstruction of East Timor.**
- David Dickens (2001). "The United Nations in East Timor. Intervention at the Operational Level". **Contemporary Southeast Asia** 23 (2).
- David Dickens (2002). "Can East Timor be a Blueprint for Burden Sharing?" **Washington Quarterly** 25 (3).
- James Dunn (2001). **Crimes Against Humanity in East Timor, January to October 1999.** Relatório não publicado das Nações Unidas.
- Robert Elgie, Sophie Moestrup, editores (2007). **Semi-Presidentialism Outside Europe.** Londres: Routledge.
- Rui Graça Feijó. Semipresidentialism and the Consolidation of Democracy in Michael Leach, Damien Kingsbury, editores (2012). **The Politics of Timor-Leste.**
- Rui Feijó (2013). "Independence, Democracy and Institutional Choices". **Ellipsis** 11.
- Rui Graça Feijó, org. (2014). **Timor-Leste: História, Política e Desenho Institucional.** Coimbra: Almedina.
- Clinton Fernandes (2008). "The Road to INTERFET. Bringing the Politics Back In". **Strategic Challenges** 4 (3).
- Tim Fischer (2000). **Bullets and Ballots. Seven Days in East Timor.** Sydney: Allen&Unwin.
- Francis Fukuyama (1984). **The New Marxist-Leninist States in the Third World.** Santa Monica: Rand Corporation.
- Carlos Gaspar (2001). O contexto internacional da crise timorense. **Janus** 2001: 30-31.
- Carlos Gaspar. The Sources of Legitimacy in Sonia Neto, editor (2012). **Por Timor. Memórias de Dez Anos de Independência.**
- Ana Gomes (2001). "Missão em Jakarta". **Negócios Estrangeiros** 2.
- José Júlio Pereira Gomes (2001). **O Referendo de 30 de Agosto de 1999 em Timor-Leste.** Lisboa: Gradiva.
- José Júlio Pereira Gomes (2010). "A internacionalização da questão de Timor-Leste". **Relações Internacionais** 25.
- Jorge Bacelar Gouveia (2005). **As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa.** Coimbra: Almedina.
- Xanana Gusmão (1994). **Timor-Leste. Um povo, uma pátria.** Lisboa: Colibri.
- Leon Hadar (1999). **East Timor and the 'Slippery Slope' Problem.** CATO Foreign Policy Briefing, 20 de Dezembro de 1999.
- Samuel Huntington (1993). **The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century.** Oklahoma: University of Oklahoma Press.
- Ben Kiernan (2009). **Genocide and Resistance in Southeast Asia. Documentation, Denial and Justice in Cambodia and East Timor.** New Brunswick: Transaction Books.
- Damien Kingsbury. Timor-Leste Political System: Semi-Presidentialism or Parliamentary Republic? in Rui Graça Feijó (2014).
- Henry Kissinger (1999). **Years of Upheaval.** Nova York: Simon&Schuster.

- Arnold Kohen (1999). **From the Place of the Dead. The Epic Struggles of Bishop Belo of East Timor.** Nova York: St. Martin's Press.
- Michael Leach, Damien Kingsbury, editores (2012). **The Politics of Timor-Leste.** Ithaca: Cornell Southeast Asia Program.
- Marina Costa Lobo, Octávio Amorim Neto, coordenadores (2009). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Jamsheed Marker (2003, 2009). **Timor-Leste. Relato das Negociações para a Independência.** Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Coleção Biblioteca Diplomática.
- Ian Martin (2000). "A consulta popular e a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste. Primeiras reflexões". **Política Internacional** 21.
- Ian Martin (2001). **Self-Determination in East Timor. The United Nations, the Ballot, and International Intervention.** Londres: Lynne Rienner, International Peace Academy Occasional Paper Series.
- John Martinikus (2001). **A Dirty Little War.** Sydney: Random House.
- António Monteiro (2001). "O Conselho de Segurança e a libertação de Timor-Leste". **Negócios Estrangeiros** 1.
- Sonia Neto, editor (2012). **Por Timor. Memórias de Dez Anos de Independência.** Díli: RDTL.
- Fernando Neves (2000). "Timor-Leste: processo diplomático". **Política Internacional** 21.
- Sara Niner (2000). "A Long Journey of Resistance: The Origins and Struggle of the CNRT". **Bulletin of Concerned Asian Scholars** 32 (1&2).
- Sara Niner, editor (2000). **To Resist is to Win. The Autobiography of Xanana Gusmão with Selected Letters and Speeches.** Richmond: Aurora Books.
- Sara Niner (2009). **Xanana: Leader of the Struggle for Independent East Timor.** Melbourne: Australian Scholarly Publishing.
- Constâncio Pinto (1997). **East Timor's Unfinished Struggle.** Boston: South End Press.
- Mário Lemos Pires (1991). **Descolonização de Timor. Missão Impossível?** Lisboa: Dom Quixote.
- Mário Lemos Pires (1981). **Relatório do Governo de Timor.** Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Samantha Power (2008). **Chasing the Flame. One Man's Fight to Save the World.** Nova York: Penguin.
- Flávio Ramos (2010). **A diplomacia portuguesa no processo de autodeterminação timorense (1974-1999).** Lisboa: Ms, FCSH-UNL.
- José Ramos Horta (1987). **Funu. The Unfinished Saga of East Timor.** Nova York: Red Sea Press.
- José Ramos Horta (1994). **Timor-Leste. Amanhã em Díli.** Lisboa: Dom Quixote.
- Alan Ryan (2000). **Primary Responsibilities and Primary Risks. Australian Defense Force Participation in the International Force East Timor.** Dunroon: Australian Army Land Warfare Studies Center.

- Adam Schwarz (1999). **A Nation in Waiting. Indonesia's Search for Stability**. Sydney: Allen&Unwin.
- Dennis Shoosmith. Timor-Leste: Semi-Presidentialism and the Democratic Transition in a New, Small State **in** Robert Elgie, Sophie Moestrup, editores (2007).
- Brad Simpson (2005). "‘Illegally and Beautifully’. The United States, the Indonesian Invasion of East Timor and the International Community (1974-76)". **Cold War History** 5 (3).
- Michael Smith, Moreen Dee (2003). **Peacekeeping in East Timor. The Path to Independence**. Londres: Lynne Rienner, International Peace Academy Occasional Paper Series.
- Dionísio Babo Soares. Political Developments Leading to the Referendum **in** Dionísio Babo Soares, James Fox, editores (2000).
- Dionísio Babo Soares, James Fox, editores (2000). **Out of the Ashes. Destruction and Reconstruction of East Timor**. Adelaide: Crawford.
- John Taylor (1991). **Indonesia's Forgotten War. The Hidden History of East Timor**. Londres: Zed Books.
- John Taylor (1999). "A Indonésia e a transição para a independência de Timor-Leste". **Política Internacional** 20.
- John Taylor (1999). **East Timor. The Price of Freedom**. Londres: Zed Books.
- Miguel Galvão Telles (1999). "As Nações Unidas e a questão de Timor-Leste". **Política Internacional** 20.
- Miguel Galvão Telles (2000). Timor-Leste. **II Suplemento do Dicionário Jurídico da Administração Pública**.
- Patricia Galvão Telles (1999). "Autodeterminação em Timor-Leste: Dos acordos de Nova Iorque à consulta popular de 30 de Agosto de 1999". Lisboa: **Boletim do Ministério de Justiça. Documentação e Direito Comparado** 79-80.
- Pedro Bacelar de Vasconcelos. "A transição em Timor-Leste (1999-2002) **in** Rui Centeno, Rui Novais, coordenadores (2006). **Timor-Leste: da Nação ao Estado**.
- Pedro Bacelar de Vasconcelos, Ricardo Sousa da Cunha. "Semipresidencialismo em Timor: um equilíbrio institucional dinâmico num contexto crítico **in** Marina Costa Lobo, Octávio Amorim Neto, coordenadores (2009). **O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pedro Bacelar de Vasconcelos (2011). **Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste**. Braga: Direitos Humanos Centro de Investigação Interdisciplinar, Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Eilís Ward, Peter Carey (2001). "The East Timor issue in the context of EU-Indonesian relations, 1975-99." **Indonesia and the Malay World** 29: 51-74.
- Awet Tewekle Weldemichael (2012). **Third World Colonialism and Strategies of Liberation: Eritrea and East Timor Compared**. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hugh White (2008). "The Road to INTERFET. Reflections on Australian Strategic Decisions Concerning East Timor (December 1998-September 1999)". **Strategic Challenges** 4 (1).